

Revista Filosófica de Coimbra

vol.11 | n.º22 | 2002

Miguel Baptista Pereira
Mário Santiago de Carvalho
Fernanda Bernardo
Cristóvão da Silva Marinheiro

NICOLAU DE CUSA, *A Paz da Fé, seguida de Carta a João de Segóvia*. Tradução e Introdução de João Maria ANDRÉ, Coimbra: Minerva Coimbra (Colecção Hermes 2), 2002, 93p.

Depois de ter traduzido *A Visão de Deus* de Nicolau de Cusa (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988), que antecedeu uma monumental dissertação de doutoramento, *Sentido, Simbolismo e Interpretação no Discurso Filosófico de Nicolau de Cusa* (Coimbra: Fundação C. Gulbenkian/JNICT, 1997), o Prof. João Maria André apresenta-nos, de novo, uma primeira versão portuguesa de um outro título do filósofo cardeal Nicolau de Cusa (1401-1464). Trata-se agora de um pequeno mas substancial diálogo, *A Paz da Fé*, "hino à paz e à concórdia de povos, culturas e religiões", cujos quase seiscentos anos de distância em pouco beliscam a leitura e a reflexão. Saudamos realmente este corajoso esforço, tanto mais que em Portugal, e em escandaloso contraste com a maioria das restantes línguas europeias, só tínhamos acesso à versão de *De Deo abscondito* (por J. Fragata e A. A. de Sousa), curiosamente um diálogo afim ao ora resenhado, publicado em Braga, por ocasião dos quinhentos anos da morte do pensador. Anunciamos, por isso, com prazer, que JMA continua este labor e tem no prelo o célebre e fundamental *A Doutra Ignorância*, obra recebida em Portugal, no século XVI, conjuntamente com o *De Idiota*, no Colégio das Artes de Coimbra (*In Phys.* I, 1,5,2). Felizmente, entre os dois centenários há que assinalar um incremento de qualidade, qual a de agregar à presente tradução e à que se anuncia, a publicação de *Coincidências dos Opostos e Concórdia: Caminhos do Pensamento em Nicolau de Cusa*, o primeiro tomo das Actas do Congresso Internacional realizado em Coimbra e Salamanca (5-9 de Novembro 2001), coordenado por J.M. André e por Mariano Álvarez Gómez (243 p. e 10 comunicações); o leitor interessado em obter uma boa informação bibliográfica sobre a mais recente produção especializada poderá consultar o último volume das *Recherches de Théologie et de Philosophie Médiévales* (vol. 69,1). O presente título, da colecção "Hermes", é o segundo de uma nova série de traduções, da responsabilidade do Instituto de Estudos Filosóficos, inaugurada com uma obra de Jacques Derrida, *Cosmopolitas de todos os Países, mais um esforço!* A alteridade de um texto como o do cardeal alemão, figura ímpar da filosofia e da teologia de Quatrocentos, homem da Igreja e do seu tempo, empenhado na reflexão mais especulativa e mais prática, merecia uma Introdução explicativa a que, naturalmente, o tradutor se entregou com a costumada competência e rigor (p. 7-20, com Bibliografia Seleccionada). Depois de uma breve referência biográfica, JMA situa a composição de algumas das principais obras, desde 1433 (com o *De concordantia catholica*) até 1463/64 (com o tríptico *De Venatione sapientiae*, o *Compendium* e *De apice theoriae*), passando pelo mais conhecido, *A doutra ignorância* (1440), e por *Possesset, Non aliud, De visione Dei, De coniecturis* e *De beryllo*. Contem-

porâneo do fascinante *A Visão de Deus*, o diálogo *A Paz da Fé* data de 1453 e a sua motivação imediata prende-se com as perseguições e guerras resultantes da queda de Constantinopla, nesse mesmo ano, às mãos dos turcos. O episódio, há muito esperado, em virtude de um exangue Império cristão do Oriente, teve primeiro um carácter simbólico: a Cruz tombava frente ao Crescente numa luta oito vezes centenária (recorde-se que Granada só será reconquistada em 1492). É certo que a queda de Constantinopla teve um efeito político poderosíssimo: a redescoberta do Ocidente por si mesmo e a sua invenção atlântica, mas a expansão turca, sobretudo, assinalava longinquamente o declínio de Roma como cabeça simultaneamente religiosa e temporal. As pretensões do Concílio de Basileia (1431-1449) goravam-se ao mesmo tempo que o avanço turco promovia o fecundo êxodo de intelectuais helenófonos e suas diversificadas bibliotecas clássicas. A reflexão irenista de Nicolau de Cusa é feita à moda de diálogo com o Verbo, com Pedro e com Paulo, de representantes de algumas religiões e tradições culturais da época, seguramente numa actualização das “filosofias que mais se aproximaram da verdade da fé cristã”, segundo o dizer matricial de Agostinho (*De Civ. Dei* VIII, 9): o Grego, o Italiano, o Árabe, o Índio, o Caldeu, o Judeu, o Cita, o Francês, o Persa, o Sírio, o Espanhol, o Turco, o Alemão, o Tártaro, o Arménio, o Boémio, o Inglês são os “sábios das nações” que vão sucessivamente intervindo nos dezanove pequenos capítulos em que a obra se divide. Todo este horizonte justifica a inclusão de oportuno apêndice (p. 83-93), a publicação da tradução da carta que Nicolau de Cusa escreveu em 1454 a João de Segóvia, professor salmanticense e companheiro do Cusano no Concílio de Basileia, após solicitação deste, sobre a ameaça turca, a via aconselhada para a conversão dos fiéis e pedindo-lhe parecer sobre o horizonte da obra que entretanto redigia e na qual a metáfora bíblica do gládio era posta ao serviço da paz e do diálogo inter-religioso. Sobretudo, o apêndice justifica-se pela alusão que aí é feita à própria *A Paz da Fé* sintetizando lapidarmente a partilha de um horizonte comum aos dois espíritos (p. 87). A Introdução realiza assim o seu propósito mediante uma breve apresentação do conteúdo, dos temas e dos argumentos desenvolvidos em cada uma das “cenas”, assentando os registos do diálogo, o alcance das propostas e os seus condicionamentos epocais. Do trabalho feito ressalta, a nosso ver, a seguinte conclusão interpretativa que partilhamos inteiramente (p. 14-15) e acerca da qual ainda diremos algo mais adiante, de acordo aliás com o que sugere Agostinho em *A Cidade de Deus* (XIX, 11) acerca da “paz eterna”: “o genitivo de ‘pax fidei’ é, à semelhança do de ‘visio Dei’, simultaneamente um genitivo subjectivo e um genitivo objectivo”, i.e., o título refere a paz que a fé promove entre os homens e “o reconhecimento da dinâmica inscrição e promoção da paz dentro da própria fé e das diversificadas crenças que são as suas múltiplas manifestações”. Esta interpretação, decerto mais sensível nos nossos dias (“Uma mensagem que mantém ainda hoje a sua actualidade” – p. 15), assegura não ser avisado ler o diálogo como se de uma perspectiva “meramente inclusivista, assimilacionista ou integracionista” se tratasse (p. 10). Daí que “a paz da fé” seja um título “medieval” para uma outra consequência, não menos “medieval”, que tem em Cusa um real paladino: “a paz da razão”. Destarte, a expressão cusana “paz perpétua” (p. 82), «perpetua pax», é tanto palavra inaugural de uma vasta tradição moderna sobre o tema da paz (do Abbé de Saint-Pierre ou Leibniz a Vattel, passando por Voltaire, Rousseau, Helvetius, Richard Price, Kant) quanto momento capital de uma longa tradição, de factura agustinista, como sugerimos (nos anos 50 Gilson integrava *A Paz da Fé* entre «as metamorfoses da cidade de Deus»). Enfim, uma evocação do estudo que Agostinho dedica à “paz eterna” (*ibid.* XIX, 13), uma reflexão em torno da paz (JMA cita Llull e, antes dele, Abelardo, sobretudo no que concerne ao ecumenismo, e outros nomes se poderiam evocar como o de Aquino, e, no «círculo» cusano, Heimerico de Campo ou Dionísio o Cartuxo; sobre o tema do ecumenismo remetemos para o informado estudo que o tradutor publicou em *Ars Interpretandi. Diálogo e Tempo. Homenagem*

a Miguel Baptista Pereira, Porto 2000, p. 451-500). “Pacem finalem” é o acusativo que Agostinho emprega ligado ao “nome misterioso de Jerusalém” (*ibid.* XIX, 11), mas a época de Cusa vê a inversão absoluta do horizonte de *As Leis* de Platão em qualquer contacto com ideias alheias é considerado prejudicial, i.e., a de que a paz se alimenta da exterioridade mas também da heteronomia vigilante. O Cristianismo pode pensar a paz universal porque abole a diferença entre os Homens e Deus e os Homens entre si (veja-se a palavra de Hegel sobre um Deus que encarna). Agora, todos os Homens pela sua natureza são chamados à Verdade. Todavia, esta nova comunidade realiza-se historicamente numa Igreja cuja versão gregoriana adapta uma *pax romana* desprovida de fronteiras através da promoção de um poder único que com Dante e Marsílio de Pádua se laicizará e esboroará. As guerras da religião e as sucessivas pazes a que obrigaram os Homens deslocaram o sentido da universalização: pode haver várias ordens e a paz resulta da sua coexistência. É por isso que, talvez estranhamente para quem vê a coisa de forma mais superficial, também a promoção da paz está ligada à “ideia das cruzadas e à das ordens de cavalaria”, na medida em que elas constituem “um sistema de regras de honra e de preceitos de virtude” (J. Huizinga) como o atesta o ‘best-seller’ *L’Arbre des Batailles* de Honoré Bonet ou a teorização do temário da “guerra justa”. Nicolau de Cusa habita aquela fronteira, embora a sua versão seja a da pluralidade dos ritos sob a figura da unidade e da concórdia, o que significa que a sua versão apesar de infra-política anuncia o respeito, a coexistência e a tolerância. Afigura-se-nos, por isso, que o interesse (a actualidade) de *A Paz da Fé* reside, como dissemos, na proposta filosófica de uma paz da razão. Depara-se-nos assim o seu autêntico horizonte de compreensão, a grande intuição cusana da «coincidentia oppositorum», devidamente tratada no encontro internacional de Coimbra/Salamanca. Se na sua letra o leitor do diálogo é convidado à «coincidentia fidei» cristã (designadamente pelas dimensões de unitrinitarismo, encarnação, nascimento virginal, morte e ressurreição de Cristo, juízo final e vida eterna), num plano mais fundamental, o que pareceria mera apologética, é aplicação de doutrina teológico-metafísica que só pode ser cabalmente interpretada tendo presente os grandes conceitos motores do pensar cusano. Que este nosso sublinhado sirva então para promover também a leitura e a meditação da magnífica dissertação de doutoramento do tradutor de *A Paz da Fé*. Conhece-se o tom jocoso de Kant sobre a tabuleta de uma estalagem holandesa onde, sobre um fundo representando um cemitério, estaria inscrita a legenda “para a paz perpétua”. Tal *spot* publicitário é revelador de que o projecto do ‘bon abbé’ Charles-Iréné Castel de Saint-Pierre não se confinava aos escrínios da filosofia, também decerto graças à paródia que dele faziam os enciclopedistas, mas importa não esquecer, antes das Luzes, o momento humanista mais próximo de Cusa, designadamente promovido pelo campeão da ideia de concórdia no século XVI, “o primeiro teórico literário do pacifismo”, Erasmo de Roterdão (a expressão é de S. Zweig). Ora, para se chegar a esta ideia da “paz da razão” na qual Nicolau de Cusa é figura relevante, é preciso contar uma outra história que, se não passa tanto entre Agostinho e Llull, requer decerto a convocação dos nomes de Dante e de Eckhart ou de Alberto Magno ou da *falasafa* (‘filosofia’, em árabe) antes daqueles e em alternativa parcelar aos mesmos. Refiro-me à equação da ideia de concórdia aquém da fé (i.e. no espaço próprio da razão) por isso que harmoniza filosofia e religião, tarefa só possível pelo cultivo do trabalho do intelecto, pela realização universitária e extra-universitária, quer no programa enunciado no primeiro capítulo da *Filosofia Primeira* de Alkindi (aposta no progresso do pensamento e da sabedoria que implica todos os Homens, independentemente das nações, dos idiomas ou dos tempos), quer do motivo ético-político do Homem que se harmoniza com todos os outros pelo trabalho da razão com vista a uma conjunção ou união (*ittiçal*) entre Homem e Mundo.

Mário Santiago de Carvalho